JUSTUTOR

Questão Discursiva 02811

O Mistério Público do Estado X, ajuizou uma ação civil pública visando à declaração de nulidade do convenio firmado entre a Secretaria do Meio Ambiente de tal Estado e a Associação Alfa dos Produtores Rural. Este convênio passou à referida Associação o poder de aprovar a localização d reserva legal da propriedade rural de cada associado legal e promover seu registro no Cadastro Ambiental Rural ■ CAR. O convênio foi firmado por autorização de Decreto Estadual, que assim dispõe: "art. 2º: o Programa de Regularização Ambiental será implantado pela Secretaria do Meio Ambiente, ficando o titular da Pasta autorizado a firmar convênios com as associações representativas de produtores rurais. Parágrafo único. As associações estarão habilitadas a aprovar a localização da reserva leal e promover seu registro no Cadastro Ambiental Rural ■ Cá■.".

A ação deverá ser julgada procedente ou improcedente? Justifique sua resposta.

Resposta #003324

Por: Jack Bauer 6 de Novembro de 2017 às 17:39

A ação deverá ser julgada procedente.

Em primeiro lugar, pois não se pode delegar o poder de polícia a entidades de natureza privada, como é a associação (art. 44, I, CC), entendimento fixado pelo STF na ADIN 1717.

Além disso, há previsão expressa dos artigos 29 e 30 do Código Florestal no sentido de que o Cadastro Ambiental Rural é um registro de natureza pública, o que impede a gestão por associação privada.